

Manifesto dos Estudantes Indígenas e Quilombolas

à Universidade Federal de Pelotas

Os estudantes Indígenas e Quilombolas da Universidade Federal de Pelotas, através deste manifesto, trazem alguns questionamentos e requerimentos à Administração Central desta Universidade, à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE à Pró-Reitoria de Ensino, ao Conselho Universitário - CONSUN, e ao Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão - COCEPE, por interlocução do NUAAD - Núcleo de Ações Afirmativas e Diversidade, da CID - Coordenação de Inclusão e Diversidade, e da Comissão de Permanência.

Considerando o papel da Universidade de promover políticas de ingresso e permanência para possibilitar a formação de um profissional crítico e reflexivo nas questões de cunho técnico-científico, político e social; considerando o compromisso da Universidade para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária, no nosso caso, mais especificamente para as nossas comunidades; considerando as especificidades dos e das estudantes indígenas e quilombolas, as dificuldades psicopedagógicas enfrentadas no âmbito da universidade em decorrência de um ensino básico deficitário; considerando as limitações pedagógicas por parte de alguns docentes que têm impactado diretamente no aproveitamento acadêmico desses estudantes e adoecimento psíquico; considerando ainda o papel da Universidade no enfrentamento ao racismo e as desigualdades sociais e étnico-raciais "infiltradas" nas estruturas de um Estado, que evidentemente ainda promove e financia as desigualdades de raça num país majoritariamente negro e pobre. Diante disso, é necessário que deixemos aqui bem entendido, que é papel da Universidade combater todos os entraves que impedem o bom aproveitamento acadêmico desses estudantes, seja no combate ao racismo que apresenta de várias formas (velada, institucional e estrutural) que impede a nossa formação de forma íntegra e de qualidade, seja na formação continuada dos docentes no estímulo à práticas pedagógicas alternativas e inclusivas, bem como a inclusão de conteúdos a respeito da saúde da população negra e indígena na grade curricular dos cursos da área da saúde, conforme políticas públicas pré estabelecidas. No mesmo sentido é ainda papel da Universidade trabalhar a promoção de saúde - num contexto amplo - através dos cuidados em saúde (atendimento/acompanhamento psicológico, odontológico e pedagógico) ainda, na criação de espaços de lazer; reformulação do cardápio do RU - Restaurante Universitário na adoção de práticas de alimentação saudável com menos sódio, frituras e embutidos, como preconiza o

Guia Alimentar para a População Brasileira, evidentemente, são formas de promover saúde que impacta diretamente no rendimento acadêmico em geral.

Diante deste relato, esse documento tem como objetivo principal questionar a Universidade a respeito das ferramentas, metodologias e toda a concepção a ser adotada no cenário atual, atentando a permanência dos estudantes indígenas e quilombolas durante o próximo calendário remoto e como também que para realizem a conclusão de seus cursos. Considerando a insuficiência no acesso/acesso ineficaz aos serviço de internet nas comunidades e ao modelo de ensino remoto aprovado na Universidade, que não amparou essa minoria. E para isso, trazemos alguns exemplos de êxitos em algumas universidade que têm garantido a permanência dos estudantes, principalmente os em situação de vulnerabilidades; a exemplos: FURG (auxílio temporário de R\$ 200,00. Além disso, a universidade está se mobilizando numa logística de levar ou enviar via Correios os materiais até as aldeias e comunidades que não têm acesso aos serviços de internet com o objetivo de incluir os estudantes indígenas e quilombolas no plano remoto de ensino), UFCSPA, UFG e UFRJ (está oferecendo auxilio emergencial temporário de R\$200,00 mais auxílio equipamento em parcela única de R\$1.000 (mil reais) usando seus critérios de elegibilidade, disponível em: <https://politicasestudantis.ufrj.br/index.php/695-editais-para-programa-de-auxilio-inclusao-digital-equipamentos-e-auxilio-emergencial-temporario-e-o#:~:text=Ser%C3%A3o%20atendidos%20at%C3%A9%20seis%20mil,de%20p%C3%B3s%20Dgradua%C3%A7%C3%A3o%20stricto%20sensu.&text=O%20valor%20do%20Aux%C3%ADlio%20Emergencial,tr%C3%AAs%20meses%2C%20podendo%20ser%20alterada.>

Essas universidades estão buscando estratégias de permanência dos estudantes Indígenas e Quilombolas. A partir desses exemplos, seguem as seguintes proposições:

Questionamento à universidade e seus órgãos administrativos a respeito da política de permanência pensada para o próximo semestre remoto, no que diz respeito à acessibilidade a meios digitais necessários para acompanhamento das aulas.

Propomos a criação de programa de auxílio para o acesso às atividades remotas, contemplando auxílio internet com valor que propicie a participação dos estudantes no processo pedagógico e auxílio equipamento e/ou empréstimos de notebook/Tablet para aqueles e aquelas que não possuem equipamento para este fim, como têm acontecido em diversas universidades federais;

Em relação ao PBP - MEC Programa Bolsa Permanência do Ministério da Educação, exigimos da Universidade por meio da PRAE e Comissão de Permanência que sejam desde já tomadas as devidas providências prévias e documentadas quanto aos prováveis e possíveis cortes do PBP levando em consideração o “tempo perdido” com a pandemia e as prerrogativas da Portaria 389/2013, que acrescenta apenas um ano (dois semestres) a mais no período total do curso. Se considerarmos o atraso provocado pela pandemia da COVID-19 não é difícil prever que possivelmente teremos evasões pela falta de assistência, cabendo à Universidade pensar e propor políticas de permanência. Sendo estas tomadas pela própria universidade, junto ao MEC e demais órgãos da sociedade que corroboram no sentido de que seja restabelecido esse tempo para oferecer condições de permanência aos estudantes que encontrarão nos ciclos finais de seus cursos e possivelmente desamparadas pelo MEC;

Nesse mesmo sentido, solicitamos também que sejam incluídos estudantes indígenas e quilombolas na condição de membros na Comissão de Permanência seguindo a premissa de participação social para a efetividade de toda política pública.

Somando ao que foi exposto, e tão importante quanto, para o próximo calendário remoto, é adequado que a Universidade, por meio de seus órgãos reguladores da graduação, esteja atenta aos entraves burocráticos na solicitação e análise da quebra de pré requisitos em casos excepcionais nos quais cabem tal solicitação, considerando o projeto pedagógico do curso, sobretudo nos casos de disciplinas com conteúdo prático, haja vista que nesse período a priori serão ofertados conteúdos apenas teóricos, sendo a parte prática para um momento oportuno e seguro. Deve-se portanto ser levado em consideração, que há estudantes desse grupo fora do fluxo de seus cursos e que poderão ser ainda mais prejudicados a curto e longo prazo, se não puderem cursar as partes teóricas das disciplinas (se é possível a quebra de pré-requisito) nesse período remoto em decorrência de não terem cursado ou estar cursando a disciplina de pré-requisitos

Nesse mesmo sentido, são notórias as dificuldades para os estudantes fora de fluxo em período de matrícula, dado adoção de critérios meritocráticos, potencialmente excludentes para elegibilidade na disputa por vagas (ex: ranqueamento por notas). Há várias razões que dificultam os processos psicopedagógicos entre os estudantes, e cabe à Universidade identificá-las e repará-las em tempo hábil para oferecer ao estudante condições de permanência, para que este possa concluir no tempo determinado do curso junto com sua turma. Para que se consiga alcançar a equidade, é necessário que nós, estudantes indígenas e quilombolas, estejamos no

centro das políticas de permanência e inclusão, não somente para meras estatísticas mas para pensarmos juntos formas pedagógicas adequadas para a permanência na graduação. Esse papel cabe à Universidade!

Ainda sobre o ensino remoto, requeremos à Administração Central que seja pautado e emitido parecer excepcional para o período de atividades remotas, isentando os estudantes da reprovação por falta, haja vista as dificuldades de se manterem conectados em tempo real durante as atividades síncronas, incluindo ainda recomendação aos docentes para que as aulas sejam gravadas e que estas fiquem disponíveis no canal usado durante todo o semestre; seja ainda permitido matrícula em disciplinas de mesmo horário, visto que as atividades serão feitas de maneira remota e que as aulas serão gravadas e disponibilizadas ou/e que se tome medidas para que disciplinas com alto índice de reprovação ou procura não colidam horário. Essas medidas são fundamentais para evitar a retenção acadêmica.

Visto a dificuldade que a maioria dos estudantes indígenas e quilombolas enfrentam ao adentrar a universidade, fruto de um ensino básico deficiente, solicitamos que as monitorias continuem acontecendo e que seja pensada uma forma pedagógica remota de ensino/monitoria que nos atenda e nos dê o suporte para que possamos adquirir os conhecimentos necessários nas disciplinas e por consequência aprovação nas mesmas.

Segundo pesquisa da ANDIFES (2019) pelo menos 83% dos estudantes das universidades federais brasileiras já enfrentaram alguma questão de desordem emocional. Em se tratando de estudantes indígenas e quilombolas isso se agrava, pois possuímos diferentes culturas, crenças, os impactos de nossa saída das comunidades para a universidade, o agravamento das desordens psíquicas e emocionais causadas pela pandemia de COVID-19, e pelas metodologias propostas baseadas em um conhecimento monocultural, as situações cotidianas de racismo e discriminação, a falta de conhecimento pedagógico dos docentes para trabalhar conosco, além de diversos outros fatores que levam ao nosso adoecimento mental, solicitamos que esta universidade tome as medidas necessárias para que tenhamos auxílio e acolhimento psicológico como, por exemplo, assistência com psicólogo ou psicopedagogo e uma pessoa treinada para nos dar acolhimento, identificar nossas demandas e encaminhá-las para solução, evitando nosso adoecimento ou para que essas desordens não impacte nossa qualidade de vida e, por consequência, não afete nosso rendimento acadêmico.

Por fim, a exemplo da FURG, solicitamos à UFPel que sejam criadas formas alternativas no processo pedagógico, como o envio de conteúdo (apostilas, livro texto referência indicado pelo docente e vídeo aula) para os estudantes indígenas e quilombolas matriculados nas referidas disciplinas e que se encontrem em isolamento nas suas comunidades.

O conteúdo deste documento foi pensado e construído a partir das discussões coletivas feitas entre os Estudantes Indígenas e Quilombolas para manifestar às insatisfações com o calendário alternativo no que tange permanência, **que se agravou neste cenário atual mas também para além dele. O que trouxemos aqui são proposições que necessitavam ser pensadas a partir da Resolução nº 15/2015 que criou vagas específicas destinadas a estudantes provenientes de comunidades indígenas e quilombolas**

Assinam este documento o Coletivo de Estudantes Indígenas e Quilombolas da Universidade Federal de Pelotas.

Pelotas, 19 de agosto 2020